

ALTERNATIVAS

POR AMÁLIA SAFATLE

UMA TIJOLADA

Até a quinta-feira 29, data de fechamento desta edição, mais de 160 entidades – na maioria ONGs, além de secretarias municipais de meio ambiente – haviam manifestado repúdio à aprovação de um artigo do deputado federal Ricardo Izar (PTB-SP), que revoga a aplicação do Código Florestal nas áreas urbanas e de expansão urbana. Em outras palavras, dá às prefeituras autonomia para transformar Áreas de Proteção Permanente, definidas em âmbito federal, em locais para a exploração imobiliária.

Sem que o movimento ambientalista percebesse, o artigo, de número 64, foi emendado ao Projeto de Lei 47/2004, no dia de sua votação. O projeto trata de incorporação e crédito imobiliário e foi aprovado instantaneamente no Senado, na quinta 8 de julho. Agora, basta a assinatura de Lula, recém-chegado de viagem, para

que a lei seja sancionada e abra espaço para desastres ambientais, já que tira da proteção legal áreas de risco como morros, nascentes, margens de rios, lagoas, manguezais, dunas e restingas.

Parte da campanha, liderada pelo Instituto Socioambiental (ISA), consiste em enviar por e-mail cartas de protesto a Lula, com cópia para o vice-presidente, José Alencar, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, o presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e o presidente do PT, José Genoíno.

O modelo da carta encontra-se no endereço www.socioambiental.org/inst/camp/cod_flor/index.html. Outras entidades também colocaram o modelo à disposição em seus sites. Só pelo site



SOB RISCO. Não à caneta de Lula

do ISA, mais de 2.600 mil pessoas haviam enviado cartas.

João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, ressalta que a decisão final só cabe a Lula, mas entende que o assunto está sendo considerado pelas várias instâncias do governo. "O que acontece

agora é uma contradição, porque no fim do ano passado aprovamos na Câmara a Lei da Mata Atlântica em acordo com o setor imobiliário", diz Capobianco.

O assessor de Izar, Waldemar Villas Bôas, não teve brios ao dar a seguinte resposta à imprensa: "Se o Código Florestal fosse cumprido ao pé da letra, não teríamos o Cristo Redentor, porque está em um topo de morro". Pano rápido.

amalia@cartacapital.com.br